



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

---

**COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO**

---

**CLIPPING**  
**16 de abril**  
**de 2021**

# Mais desvios - ESTADO MAIOR

## **ESTADO MAIOR**

Mais um deputado do **Maranhão** se tornou alvo de operação de órgãos de fiscalização. O motivo é sempre o mesmo: desvio de dinheiro público. Dessa vez, a operação veio do **Ministério Público** Estadual, por meio do Grupo de Atuação Especializada no Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**), que cumpriu mandado de busca e apreensão em endereços ligados ao deputado do PL, Júnior Lourenço.

Lourenço é apontado pelo **MP** como membro de uma organização criminosa que desviou dinheiro (cerca de R\$ 22 milhões) da Prefeitura de Miranda do Norte. O deputado declarou que não estava à frente da Prefeitura daquela cidade no período considerado na investigação.

De todo modo, trata-se de mais um esquema descoberto, e mais milhões de reais que deixaram de ser aplicados na Educação, na Saúde, na Infraestrutura..., enfim, em políticas públicas para a população de uma cidade de pouco mais de 27 mil habitantes.

Lamentável frisar que antes de Lourenço já foram alvo da Polícia Federal, da Polícia Civil e também do **Ministério Público** tantos outros representantes do povo. Políticos que, em tese, deveriam trilhar a vida pública sem mácula, acima de qualquer suspeita, para honrar os votos que receberam.

Dívidas A operação que teve como alvo Júnior Lourenço foi chamada de **Laços de Família**, devido às relações de parentesco entre os membros da, segundo o **MP**, organização criminosa.

O esquema parece um enredo de novela que se repete: fralde em licitação, empresas de fachada e desvio de dinheiro público.

No caso da **Laços de Família**, o dinheiro desviado estava sendo usado para pagamento de dívidas individuais dos envolvidos com o Tribunal de Contas da União (TCU).

Manifestação Sobre a operação, Júnior Lourenço disse que não conhece o processo, porque corre em segredo de Justiça.

Disse ainda que o período a que se refere a investigação (2017/2020) não corresponde ao tempo

em que ele foi prefeito de Miranda do Norte.

E, finalizando, o deputado garantiu que está à disposição da Justiça, assim como do **Ministério Público** para colaborar com as investigações

# Gaeco realiza operação em municípios do MA

O Grupo de Atuação Especializadas no Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**), em parceria com a Polícia Civil do **Maranhão** realizam, na manhã desta quinta-feira (15), a Operação **Laços de Família** para cumprimento de mandados de busca e apreensão em endereços localizados em São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Miranda do Norte e Bom Jardim.

24 equipes da Polícia Civil, compostas por delegados, investigadores e escrivães participam da operação. Além dos promotores de justiça do **Gaeco**.

## Esquema

As investigações tiveram início a partir de denúncia do Tribunal de Contas da União (TCU) a respeito de desvios de recursos realizados no período de 2017 a 2020, durante a gestão do ex-prefeito de Miranda do Norte Carlos Eduardo Fonseca Belfort, conhecido como Negão.

O ex-gestor estaria utilizando recursos públicos para quitar dívidas pessoais junto ao TCU. O mesmo artifício teria sido usado pelo também ex-prefeito e atual deputado federal, José Lourenço Bonfim Júnior, que esteve à frente da administração municipal de Miranda do Norte no período de 2009 a 2016.

As investigações apontaram a existência de uma verdadeira organização criminosa criada com o objetivo de desviar recursos públicos. O esquema era operacionalizado por meio de empresas de fachada que participavam de processos licitatórios fraudulentos. Essas empresas não tinham capacidade técnica nem lastro financeiro para cumprir os contratos firmados.

Quatro contratos firmados entre a Prefeitura de Miranda do Norte e as empresas "PM Construções e Serviços Ltda.", "F Cipião Prazeres" e "J Rodrigues Macedo" totalizaram um dano de R\$ 22.061.477,53 aos cofres municipais. Esse, inclusive, é o valor do bloqueio das contas correntes, poupanças e aplicações dos investigados, solicitado pelo **Ministério Público**.

As investigações também apontaram ligações entre essas empresas, os ex-prefeitos investigados, seus familiares, empregados e amigos.

O deputado Júnior Lourenço afirmou em nota à imprensa: "Com relação a operação **Laços de Família**, deflagrada hoje pelo **Gaeco** e **Polícia Civil**, declaro que não tive acesso ao processo, pois corre em sigilo de justiça. Porém, ao ver as matérias divulgadas na mídia local, pude observar que o período inicialmente referido nas investigações, 2017/2020, não corresponde àquele em que estive à frente da gestão do município de Miranda do Norte. Como homem público, estou a disposição da justiça para colaborar com as investigações. Me coloco a disposição também do **Ministério Público** para qualquer esclarecimento-

## Site:

<https://banca.oimparcial.com.br/app/uploads/edicoes/2021/oimparcial-36.342.orig.pdf>

# GAECO e Polícia Civil deflagram a operação "Laços de Família"

A Polícia Civil e o Grupo de Atuação Especializada no Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do **Ministério Público do Maranhão** realizaram na manhã desta quinta-feira, (15), a Operação **Laços de Família**, para fins de dar cumprimento a Mandados de Busca e Apreensão, expedidos pela 1ª Vara Criminal da Comarca da Grande Ilha de São Luís, nos municípios de São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, sendo esses dois últimos na região metropolitana de São Luís, além dos municípios de Miranda do Norte e Bom Jardim.

Segundo a Delegacia-Geral de Polícia Civil do **Maranhão** participaram da operação cerca de 24 equipes da Polícia Civil, compostas por delegados, investigadores e escrivães, sob a coordenação da Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor), além dos promotores de justiça do **Gaeco**.

De acordo com a Polícia Civil, as investigações tiveram início a partir de denúncia do Tribunal de Contas da União (TCU) a respeito de desvios de recursos realizados no período de 2017 a 2020, durante a gestão do ex-prefeito de Miranda do Norte Carlos Eduardo Fonseca Belfort, conhecido como Negão. Com base nas investigações o ex-gestor estaria utilizando recursos públicos para quitar dívidas pessoais junto ao TCU. O mesmo artifício teria sido usado pelo também ex-prefeito e atual deputado federal, José Lourenço Bonfim Júnior, que esteve à frente da administração municipal de Miranda do Norte no período de 2009 a 2016.

As investigações ainda apontaram a existência de uma verdadeira organização criminosa criada com o objetivo de desviar recursos públicos. O esquema era operacionalizado por meio de empresas de fachada que participavam de processos licitatórios fraudulentos.

Essas empresas não tinham capacidade técnica nem lastro financeiro para cumprir os contratos firmados. Além disso, as investigações também apontaram ligações entre essas empresas, os ex-prefeitos investigados, seus familiares, empregados e amigos.

As investigações constataram que quatro contratos firmados entre a Prefeitura de Miranda do Norte e as empresas "PM Construções e Serviços Ltda", "F

Cipião Prazeres" e "J Rodrigues Macedo" totalizaram um dano de R \$22.061.477,53 aos cofres municipais.

De imediato todos os investigados tiveram o bloqueio total de suas contas, poupanças e aplicações financeiras solicitado pelo **Ministério Público**.

**Site:**

<https://oprogresonet.com/arquivos/assinaturas/263/20210416.pdf>

# Começa a funcionar a UPMAX em Pedrinhas

A primeira Unidade Prisional de Ressocialização de Segurança Máxima (UPMAX), localizada na área de Pedrinhas, começou a funcionar este mês, embora tenha sido entregue desde o começo do ano pelo governo estadual, segundo a Secretaria Estadual de Administração Penitenciária (Seap). O presídio é destinado a custodiados considerados de alta periculosidade e conta com 120 vagas, sendo uma cela por interno.

O secretário da Seap, Murilo Andrade explicou que a transferência de 15 internos da Unidade Prisional de Ressocialização 4 (UPSL 4) para a UPMAX, ocorrida na semana passada, deu início as atividades de funcionamento da primeira unidade prisional deste porte no Maranhão. No momento, há 46 presídios em todo o estado sendo administrados diretamente pela secretaria.

A UPMAX conta com 120 vagas, uma cela por custodiado.

Há quatro pavilhões, abertura superior pelas passarelas, quatro torres de controle, quatro pátios de sol e mais duas celas de observação e triagem. Na permanência, além da entrada e saída, há aparelhos de segurança e de tecnologia como body scan e o raio X.

O presídio é destinado a internos de alta periculosidade e, de acordo com a Seap, estão ocorrendo de forma diária remanejamentos de custodiados, sob sigilo, por se tratar de operações integradas de segurança e de inteligência do sistema prisional.

Conforme a Lei de **Execução Penal** (LEP), os custodiados da UPMAX têm direito a receber visitas, mas, neste momento, devido à pandemia da **Covid-19**, elas estão ocorrendo por meio da internet, ou seja, visita virtual assistida.

Os presidiários também vão participar de ações de humanização e ressocialização.

Entre eles estão o projeto de "Remição pela Leitura", **aulas** de alfabetização, cursos profissionalizantes na modalidade de Educação à Distância (Ead) e Assistência Religiosa

# Unidade Prisional de Ressocialização de Segurança Máxima começa a funcionar em São Luís

A transferência de 15 internos para a Unidade Prisional de Ressocialização de Segurança Máxima (UPMAX), na última semana, deu início às atividades de funcionamento da primeira unidade prisional deste porte no Estado do Maranhão.

Esta é a primeira unidade das 46 que são administradas pela Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), integrada ao Complexo Penitenciário de São Luís, considerada de segurança máxima. A inauguração oficial pelo Governo do Estado foi realizada em janeiro.

"A SEAP iniciou a transferência de internos para UPMAX a fim de colocar em funcionamento a unidade de segurança máxima que foi entregue pelo Governo do Estado este ano, um dos trabalhos desenvolvidos pelo governador Flávio Dino, que tem assegurado a segurança da população maranhense e dado aporte técnico e em infraestrutura para a Polícia Penal do Maranhão", disse o secretário Murilo Andrade.

O funcionamento administrativo da unidade iniciou antes da transferência dos custodiados.

Os internos que já cumprem pena na UPMAX são considerados de alta periculosidade e foram remanejados da Unidade Prisional de Ressocialização (UPSL 4), unidade prisional na capital que vinha sendo utilizada com este mesmo propósito. No entanto, demais remanejamentos de custodiados está sob sigilo por tratar das operações integradas de segurança e inteligência do sistema penitenciário.

Assim como as demais unidades e conforme a Lei de **Execução Penal** (LEP), os custodiados da UPMAX possuem direito a receber visitas, mas, neste momento, em prevenção à **Covid-19**, serão através da visita virtual assistida. Também vão participar de ações de humanização e ressocialização por meio do estudo, como o projeto de "Remissão pela Leitura", **aulas** de alfabetização, além de cursos profissionalizantes na modalidade de Educação à Distância (Ead) e Assistência Religiosa.

A UPMAX conta com 120 vagas, uma cela por custodiado, 4 pavilhões, abertura superior pelas

passarelas, 4 pátios de sol, 2 celas de observação e triagem, e quatro torres de controle (guaritas). Na permanência que controla a segurança, além da entrada e saída, estão instalados aparelhos de segurança e tecnologia como body scan e raio x.

A unidade conta com servidores penitenciários, tendo o efetivo especial na área da segurança e procedimentos específicos de rotina, que foram capacitados pela Academia de Gestão Penitenciária (Agenpen), com o intuito de prepará-los para situações específicas das rotinas prisionais, a fim de proporcionar maior eficiência na segurança operacional e desenvolvimento do trabalho.

**Site:** <https://omaranhense.com/unidade-prisional-de-ressocializacao-de-seguranca-maxima-comeca-a-funcionar-em-sao-luis/>

# Unidade Prisional de Ressocialização de Segurança Máxima começa a funcionar em São Luís

A transferência de 15 internos para a Unidade Prisional de Ressocialização de Segurança Máxima (UPMAX), na última semana, deu início às atividades de funcionamento da primeira unidade prisional deste porte no Estado do Maranhão.

Esta é a primeira unidade das 46 que são administradas pela Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), integrada ao Complexo Penitenciário de São Luís, considerada de segurança máxima. A inauguração oficial pelo Governo do Estado foi realizada em janeiro.

"A SEAP iniciou a transferência de internos para UPMAX a fim de colocar em funcionamento a unidade de segurança máxima que foi entregue pelo Governo do Estado este ano, um dos trabalhos desenvolvidos pelo governador Flávio Dino, que tem assegurado a segurança da população maranhense e dado aporte técnico e em infraestrutura para a Polícia Penal do Maranhão", disse o secretário Murilo Andrade.

O funcionamento administrativo da unidade iniciou antes da transferência dos custodiados.

Os internos que já cumprem pena na UPMAX são considerados de alta periculosidade e foram remanejados da Unidade Prisional de Ressocialização (UPSL 4), unidade prisional na capital que vinha sendo utilizada com este mesmo propósito. No entanto, demais remanejamentos de custodiados está sob sigilo por tratar das operações integradas de segurança e inteligência do sistema penitenciário.

Assim como as demais unidades e conforme a Lei de **Execução Penal** (LEP), os custodiados da UPMAX possuem direito a receber visitas, mas, neste momento, em prevenção à **Covid-19**, serão através da visita virtual assistida. Também vão participar de ações de humanização e ressocialização por meio do estudo, como o projeto de "Remissão pela Leitura", **aulas** de alfabetização, além de cursos profissionalizantes na modalidade de Educação à Distância (Ead) e Assistência Religiosa.

A UPMAX conta com 120 vagas, uma cela por custodiado, 4 pavilhões, abertura superior pelas

passarelas, 4 pátios de sol, 2 celas de observação e triagem, e quatro torres de controle (guaritas). Na permanência que controla a segurança, além da entrada e saída, estão instalados aparelhos de segurança e tecnologia como body scan e raio x.

A unidade conta com servidores penitenciários, tendo o efetivo especial na área da segurança e procedimentos específicos de rotina, que foram capacitados pela Academia de Gestão Penitenciária (Agsen), com o intuito de prepará-los para situações específicas das rotinas prisionais, a fim de proporcionar maior eficiência na segurança operacional e desenvolvimento do trabalho.

**Site:** <https://omaranhense.com/unidade-prisional-de-ressocializacao-de-seguranca-maxima-comeca-a-funcionar-em-sao-luis/>

# MP move Ações por redução de limites em áreas de proteção ambiental no MA

*Por G1 MA - São Luís*

O **Ministério Público** do Maranhão (MP-MA) está movendo duas **ações judiciais** contra o município de Imperatriz, a 626 km de São Luís, por redução de limites de Áreas de Proteção Ambiental (APPs) do Rio Tocantins, córregos e demais recursos hídricos das zonas urbana e rural da cidade.

Segundo o **promotor de justiça** Jadilson Cirqueira, as Ações não têm o objetivo de promover a desapropriação de prédios públicos e imóveis particulares, ou suas demolições. Para ele, as reduções de limites de APPs significam um retrocesso ambiental e agridem o desenvolvimento sustentável.

"Em nenhum momento as duas **ações judiciais** buscam desapropriar ou demolir quaisquer imóveis públicos ou particulares existentes dentro do limite de 500 metros do rio Tocantins, considerados consolidados pelo tempo, mas apenas reparar um absurdo equívoco de que o município pode legislar com desrespeito aos comandos ditados pelo artigo 4º, da Lei Federal nº 12.651/2012", enfatiza.

Ainda segundo o **promotor de Justiça**, com a restauração dos limites de preservação dos recursos hídricos, busca-se um maior controle em intervenções futuras em APPs, para resguardar a oferta de água para as presentes e futuras gerações, como determina a Constituição Federal.

**Site:**

<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2021/04/16/mp-move-acoes-por-reducao-de-limites-em-areas-de-protexao-ambiental-no-ma.ghtml>



# Ministério Público questiona redução das Áreas de Proteção Ambiental do rio Tocantins

Por meio de duas **ações judiciais**, o **Ministério Público** do Maranhão busca o reconhecimento de inconstitucionalidades em artigos da Lei Complementar nº 001/2018 (Plano Diretor de Imperatriz). Os dispositivos reduziram significativamente os limites das Áreas de Proteção Ambiental (APPs) do rio Tocantins e de todos os riachos, córregos e demais recursos hídricos das zonas urbana e rural do município.

A **Ação Civil Pública** nº 0800187-64.2021.8.10.0040, de autoria do titular da 3ª Promotoria de Justiça Especializada de Meio Ambiente e **Conflitos Agrários** de Imperatriz, Jadilson Cirqueira de Sousa, tramita junto à 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Imperatriz. E no Tribunal de Justiça do Maranhão, foi ajuizada a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 0801313-75.2021.8.10.0000, de autoria do procurador-geral de Justiça do Estado do Maranhão, Eduardo Nicolau, protocolada após provocação do titular da Promotoria de Justiça Ambiental de Imperatriz.

Por meio de nota, o **promotor de Justiça** Jadilson Cirqueira esclareceu que as ações não têm o objetivo de promover a desapropriação de prédios públicos e imóveis particulares, ou suas demolições.

O membro do **Ministério Público** esclarece que os artigos questionados na lei não obedeceram critérios ou estudos técnicos, além de estarem em desacordo com o texto-base do novo Plano Diretor de Imperatriz, que fora confeccionado por empresa especializada, após apresentação de vários estudos, mapas e ampla participação da sociedade.

"Na verdade, tanto os vereadores como o prefeito, que sancionou a citada Lei, também não cumpriram o novo Código Florestal, visto que modificaram, para menor, os limites de APPs de 30 metros de todas as nascentes, cursos d'água, lagos, lagoas existentes na zona urbana do município, para 10 metros; e de 500 metros do rio Tocantins, para 30 metros, também na zona urbana, inclusive com distinção entre APPs de zona urbana e rural, circunstância não amparada pelo Código Florestal vigente", observa o promotor.

Para Cirqueira, as reduções de limites de APPs

significam um retrocesso ambiental e agridem o desenvolvimento sustentável, na medida em que passam a falsa ideia de que se pode construir e danificar as margens do rio Tocantins e de todos os recursos hídricos, resguardando apenas as mínimas distâncias, sem qualquer consequência.

"Em nenhum momento as duas **ações judiciais** buscam desapropriar ou demolir quaisquer imóveis públicos ou particulares existentes dentro do limite de 500 metros do rio Tocantins, considerados consolidados pelo tempo, mas apenas reparar um absurdo equívoco de que o município pode legislar com desrespeito aos comandos ditados pelo artigo 4º, da Lei Federal nº 12.651/2012 (novo Código Florestal)", enfatiza.

# CAROLINA! Prefeito Erivelton Teixeira rasga dinheiro sem dó - Ele vai pagar R\$ 33 mil reais por mês para escritório de contabilidade!!!

*Rui Marisson*

Tá virando rotina nas prefeituras do Maranhão,

a contratação de escritórios de contabilidade com valores altíssimo, geralmente

esses escritórios ficam em cidades pequenas e distantes, os contadores

concurados dos municípios que realmente fazem todo o serviço, ganham mixaria.

Em Carolina, o Prefeito Erivelton Teixeira contratou um escritório de contabilidade da

cidade de Barão do Grajaú, de Propriedade do Senhor Raimundo Luiz Nogueira, o

valor do contrato é de R\$ 297.000,00 reais, para um período de 9 meses, ou

seja, o município vai pagar R\$ 33 mil reais por mês.

Já passou da hora do

**Ministério Público** e o Tribunal de Contas, acabarem com mais essa farra com dinheiro

público!!!

**Site:** <https://www.ruiporao.com.br/2021/04/carolina-prefeito-erivelton-teixeira.html>

# Ex-prefeita de Bom Jardim e empresários são condenados por fraude em licitação

Como resultado de Denúncia oferecida em 2018 pelo **Ministério Público** do Maranhão (**MPMA**), a Justiça condenou, em 8 de abril, a ex-prefeita de Bom Jardim, Malrinete dos Santos Matos (mais conhecida como Malrinete Gralhada), devido a irregularidades em contratos firmados em 2015 para limpeza pública no município. Também foram condenados os empresários Marlon Mendes, Francinete Marques e Mariana Quixaba.

Proferiu a sentença o juiz Bruno Barbosa Pinheiro. Formulou a Denúncia o **promotor de justiça** Fábio Santos de Oliveira.

Segundo o representante do **MPMA**, foi realizada dispensa de licitação ilegal sem autorização dos vereadores. Foi firmado, ainda, contrato fraudulento entre a Prefeitura de Bom Jardim e a empresa Itamaraty LTDA, sediada em Altamira do Maranhão.

A empresa era registrada em nome de Mariana Quixaba e Francinete Marques, mas administrada, de fato, por Marlon Mendes, que é irmão de Marconi Mendes, à época vereador da base aliada de Malrinete Gralhada.

"Os réus (empresários) receberam R\$ 318,4 mil dos cofres municipais, sem realizar procedimento licitatório, para prestação de serviços de limpeza pública pelo período de apenas dois meses", resume o **promotor de justiça**

Em junho de 2015, Malrinete Gralhada publicou o decreto emergencial nº 06/2015 e, por meio do documento, foram suspensos todos os contratos celebrados pela gestão anterior e concedidos a Malrinete poderes para contratar diretamente, sem licitação, bens e serviços, pelo prazo de 110 dias, até o dia 31 de dezembro de 2015.

Com base no decreto, foi publicada a dispensa de licitação nº 12/2015, que continha diversas irregularidades, entre elas, falta de informação do saldo da dotação orçamentária, não obediência ao prazo de publicação na imprensa oficial e ausência do comprovante de empenho.

No dia 13 de novembro daquele ano, a Prefeitura de Bom Jardim publicou extrato de contrato celebrado 10 dias antes com a Itamaraty para execução de serviços

de limpeza pública, pelo prazo de 2 meses pelo valor de R\$ 318,4 mil.

Malrinete Gralhada também realizou, em 12 dias corridos, um pregão presencial com o objetivo de contratar a empresa Itamaraty para um contrato anual. O aviso de licitação foi publicado no dia 11 de dezembro de 2015. A sessão presencial ocorreria no dia 23 de dezembro daquele ano, período em que todos servidores do município de Bom Jardim estavam de recesso.

Além disso, o representante de uma empresa interessada em participar do pregão foi a Bom Jardim em quatro ocasiões para obter o edital da referida licitação, porém, em nenhuma das vezes conseguiu, sempre sendo informado que a Prefeitura estava em recesso.

"A empresa Itamaraty sagrou-se vencedora de um pregão presencial, do qual participou como única concorrente, e celebrou um contrato de R\$ 2.459.699,45, pela prestação de serviços por 12 meses, o que equivale, aproximadamente, a R\$ 204.975,00 por mês.", relatou o **MPMA** na Denúncia.

## EMPRESA

Diversos vereadores foram à cidade de Altamira verificar o suposto endereço da empresa Itamaraty e constataram que se tratava de uma casa residencial normal, onde não funcionava nenhuma empresa. A Itamaraty teria sido transferida por Francinete Marques e Mariana Quixaba a Marlon Mendes pelo valor de R\$ 2 milhões.

Os vereadores também verificaram que Marlon, que não tinha bens em nome dele capazes de bancar a compra de parte da empresa Itamaraty pelo valor cobrado.

Outra constatação foi a de que a Itamaraty sempre foi de propriedade do Marlon e ele era responsável pelas tratativas referentes à empresa.

## CONDENAÇÕES

As rés Malrinete Gralhada, Francinete Marques e Mariana Quixaba foram condenadas por dispensa ilegal de licitação e fraude em procedimento licitatório.

Marlon Mendes, por sua vez, foi condenado por falsidade ideológica.

As penas são seis anos de detenção e pagamento de 194 dias-multa (Malrinete Gralhada), cinco anos de detenção e pagamento de 20 dias-multa (Francinete Marques e Mariana Quixaba) e três anos de detenção e ao pagamento de 10 dias-multa (Marlon Mendes).

Acompanhe o Blog do Neto Ferreira também pelo Twitter T e pelo Facebook .

**Site:** <http://www.netoferreira.com.br/poder/2021/04/ex-prefeita-de-bom-jardim-e-empresarios-sao-condenados-por-fraude-em-licitacao/>

# Agressões contra crianças aumentaram na pandemia, diz especialista

O Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDCA) informou que publicará em seu site nota técnica sobre todos os procedimentos que devem ser adotados em casos de agressão contra menores de idade. O texto será submetido à assembleia plena do conselho para aprovação.

O presidente da instituição, Carlos André Moreira dos Santos, disse que o tema é pauta prioritária da instituição. "Além de ser um órgão deliberativo e fiscalizador, o conselho estadual é um órgão de controle social que vai acolher as denúncias e cobrar das autoridades competentes, para que sejam tomadas as devidas providências", acrescentou.

Pessoas com suspeita de que uma criança está sendo vítima de maus-tratos podem denunciar o caso aos conselhos tutelares, às polícias Civil e Militar, ao **Ministério Público** e também pelo canal Disque 100, da Secretaria de **Direitos Humanos** da Presidência da República.

O professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC Rio), Daniel Monnerat, especializado em psiquiatria infantil, explicou que, diferentemente de pacientes adultos, uma criança vítima de violência pode apresentar quadros de depressão e ansiedade. Além de perda de interesse em atividades antes prazerosas e humor deprimido, esses quadros podem ser caracterizados por aumento de irritabilidade, isolamento social, alterações de sono e no apetite.

Monnerat esclareceu que as crianças podem passar a comer mais ou menos, como uma atitude compensatória para suprir a ansiedade, por exemplo, de estarem sofrendo agressões verbais ou físicas. Esses são, segundo o especialista, os principais pontos que devem ser observados.

"A criança pode apresentar, indiretamente, esses sinais ou sintomas, mostrando que é preciso investigar e esclarecer se essas agressões podem estar acontecendo ou não". Para o professor, quanto mais nova uma criança e mais cedo é vítima de agressão, mais dificuldade, muitas vezes ela tem de verbalizar o que esteja sofrendo. É preciso que pais e responsáveis tenham sensibilidade para entender os sinais e sintomas de uma possível agressão contra os menores.

## Acompanhamento

De acordo com o médico, o tratamento psiquiátrico para uma criança vítima de maus-tratos tem de ser particularizado, caso a caso. "Porque não sabemos se essa criança que está sofrendo alguma agressão moral ou física já apresentava algum diagnóstico psiquiátrico prévio".

Ele disse que, de qualquer maneira, o acompanhamento tende a ser multiprofissional. Ou seja, envolve acompanhamento psiquiátrico, "medicando ou não a criança, de acordo com os sintomas mais ou menos exuberantes que possam interferir de maneira mais incisiva na rotina de vida dela" e buscando apoio de psicólogos e pediatras. Acrescentou que sinais observados no exame físico ou na consulta podem servir para que se faça uma intervenção que permita interromper aquele processo de agressão ao qual o menor esteja sendo submetido.

O presidente do Departamento Científico de Segurança da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), Marco Gama, afirmou que as principais causas de morte em crianças acima de 1 ano até os 19 anos de idade no país são violência e acidentes. "Não são as doenças infectocontagiosas". Advertiu que, em geral, as pessoas não têm essa visão. O pediatra avaliou, por outro lado, que as mortes por violência e acidentes são evitáveis, mas faltam ações para que esses números sejam reduzidos.

No período de 2010 a agosto de 2020, 103,149 mil crianças e adolescentes de até 19 anos de idade morreram vítimas de agressões no Brasil. Os óbitos por agressões e suas causas podem ser conferidos no Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde, obedecendo a Classificação Internacional de Doenças (CID-10).

## Até 4 anos

Os números analisados pela SBP mostram que, entre 2010 e agosto do ano passado, 2,083 mil crianças mortas por maus-tratos estavam na faixa etária de zero a 4 anos de idade. Essa era a idade do menino Henry Borel, vítima de suposta violência em casa que o levou à morte, no último dia 8 de março.

Embora os números relativos a 2020 ainda sejam

preliminares, a análise da década revela que as agressões por meio de disparo de outra arma ou de arma não especificada lideram os óbitos entre crianças e jovens, totalizando 76,528 mil casos. Na faixa até 4 anos, esse tipo de agressão causou 386 mortes nos últimos dez anos. Em seguida, aparecem as agressões por meio de objeto cortante ou penetrante, com 10,066 mil mortes entre crianças e adolescentes de até 19 anos.

De acordo com o Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde, as agressões por meios não especificados foram as causas de 451 mortes de crianças até 4 anos no período investigado, seguidas por agressões por meio de objeto contundente (254), por outras síndromes de maus-tratos (190) e por agressões por meio de objeto cortante ou penetrante (164).

#### Violência é doença

Marco Gama esclareceu que embora a mortalidade seja alta, o número de vítimas de agressão é muito superior. Em 2018, por exemplo, foram 140 mil crianças e adolescentes agredidos. "Isso é subnotificado", disse. O total de crianças de zero a 4 anos de idade foi de 32 mil, "também subnotificado", nesse ano. "É um número crescente, a cada ano que passa, de crianças sendo mais agredidas".

Segundo o pediatra, um conceito que a sociedade precisa entender é que violência para a criança é uma doença crônica, "porque ela tem uma história, tem exame clínico, laboratorial e de imagem, tem tratamento e encaminhamento". O médico lembrou que o problema dessa doença, principalmente em sua parte crônica, é que ela vai se perpetuando em muitas famílias. O filho de um pai violento, se não morre em decorrência das agressões, acaba se tornando também violento. "Nessa família, a violência é uma coisa crônica, que vai se perpetuando enquanto não for interrompida".

Muitas vezes, a criança é tirada dos pais e devolvida aos avós, que são os agressores iniciais do processo e aí começa tudo de novo, observou Gama. Ele assegurou que ninguém nasce violento. A criança vai, ao longo do sofrimento de vários tipos, se tornar um adulto violento e até um homicida. "Como pode não se tornar, como essa criança que faleceu", disse o pediatra, referindo-se ao menino Henry Borel cuja mãe, Monique Medeiros, e o namorado dela, vereador Dr. Jairinho, foram presos, investigados pela morte da criança.

Marco Gama afirmou que não só o número de óbitos por maus-tratos é grande, mas também o de sequelados, envolvendo sequelas físicas, de retardo

do desenvolvimento físico, psíquico, cognitivo. "Tem criança que não consegue ter bom nível de aprendizado devido à violência que sofreu. É um processo gigantesco que acontece todos os dias".

Para ele, o caso do menino Henry Borel ganhou visibilidade pelo fato de ser de família de classe média. O pediatra lembrou, entretanto, que a violência acontece em todas as classes sociais, todas as etnias, todas as religiões, e os pais são de todos os níveis de escolaridade. "Todos são violentos".

#### Pandemia

Na análise do presidente do Departamento Científico de Segurança da SBP, embora não haja ainda estatísticas oficiais, "seguramente" o número de violência contra crianças e jovens cresceu durante a pandemia de covid-19. Marco Gama observou que a criança poderia pedir socorro a um vizinho, à professora ou a um colega na escola, a um padrinho com quem tenha proximidade afetiva. Mas, com o isolamento social imposto pela pandemia, a criança que sofre maus-tratos está limitada ou presa no ambiente domiciliar.

As estatísticas mostram que, em 2018, 83% dos agressores foram o pai ou a mãe e que mais de 60% das agressões foram cometidas dentro das residências. "A pandemia propiciou o conjunto ideal para o agressor". O mesmo ocorreu em relação às mulheres, com a expansão de feminicídios, destacou. "As agressões aumentaram durante a pandemia e as chances de defesa das crianças diminuíram".

Gama defendeu a criação de uma rede técnico-científica para combater os maus-tratos contra as crianças e adolescentes, "porque violência, como doença, é caso médico, mas como agressão, é caso de polícia". É preciso, segundo o pediatra, tratá-la nas duas instâncias, interromper esse processo e cuidar precocemente das vítimas.

Para Marco Gama, a rede de proteção aos menores tem de ser mais efetiva, mais ágil e conhecer melhor a violência. Essa rede envolveria a SBP, a Justiça, a Polícia Civil, o **Ministério Público**. A SBP tem um projeto nesse sentido, que começou a ser elaborado. Gama citou o caso da organização não governamental (ONG) Dedicar, da Associação dos Amigos do Hospital de Clínicas de Curitiba, que há 13 anos atende crianças e adolescentes que vivem em situação de violência.

A presidente da SBP, Luciana Rodrigues Silva, observou que "o Brasil precisa estar preparado para, por meio da efetiva implementação das políticas de prevenção à violência na infância e na adolescência,

garantir ações articuladas entre educação, saúde, segurança e assistência social".

Luciana comentou que o tratamento humilhante, os castigos físicos e qualquer conduta que ameace ou ridicularize a criança ou o adolescente, quando não letais, podem ser extremamente danosos à formação da personalidade e como indivíduos para a sociedade, bem como interferem negativamente na construção da sua potencialidade de lutar pela vida e no equilíbrio psicossocial. "Nascer e crescer em um ambiente sem violência é imprescindível para que a criança tenha a garantia de uma vida saudável, tanto física quanto emocional".

**Notícias Relacionadas:**

IMIRANTE.COM - MA

Agressões contra crianças aumentaram na pandemia, diz especialista

BLOG LINHARES

Agressões contra crianças aumentaram na pandemia, diz especialista

**Site:**

**<https://centraldenoticias.radio.br/2021/04/16/agressoes-contra-criancas-aumentaram-na-pandemia-diz-especialista/>**

# Agressões contra crianças aumentaram durante a pandemia, diz especialista

Por Redação JTNEWS

O Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDCA) informou que publicará em seu site nota técnica sobre todos os procedimentos que devem ser adotados em casos de agressão contra menores de idade. O texto será submetido à assembleia plena do conselho para aprovação.

O presidente da instituição, Carlos André Moreira dos Santos, disse que o tema é pauta prioritária da instituição. "Além de ser um órgão deliberativo e fiscalizador, o conselho estadual é um órgão de controle social que vai acolher as denúncias e cobrar das autoridades competentes, para que sejam tomadas as devidas providências", acrescentou.

Pessoas com suspeita de que uma criança está sendo vítima de maus-tratos podem denunciar o caso aos conselhos tutelares, às polícias Civil e Militar, ao **Ministério Público** e também pelo canal Disque 100, da Secretaria de **Direitos Humanos** da Presidência da República.

O professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC Rio), Daniel Monnerat, especializado em psiquiatria infantil, explicou que, diferentemente de pacientes adultos, uma criança vítima de violência pode apresentar quadros de depressão e ansiedade. Além de perda de interesse em atividades antes prazerosas e humor deprimido, esses quadros podem ser caracterizados por aumento de irritabilidade, isolamento social, alterações de sono e no apetite.

Monnerat esclareceu que as crianças podem passar a comer mais ou menos, como uma atitude compensatória para suprir a ansiedade, por exemplo, de estarem sofrendo agressões verbais ou físicas. Esses são, segundo o especialista, os principais pontos que devem ser observados.

"A criança pode apresentar, indiretamente, esses sinais ou sintomas, mostrando que é preciso investigar e esclarecer se essas agressões podem estar acontecendo ou não". Para o professor, quanto mais nova uma criança e mais cedo é vítima de agressão, mais dificuldade, muitas vezes ela tem de verbalizar o que esteja sofrendo. É preciso que pais e responsáveis tenham sensibilidade para entender os

sinais e sintomas de uma possível agressão contra os menores.

## Acompanhamento

De acordo com o médico, o tratamento psiquiátrico para uma criança vítima de maus-tratos tem de ser particularizado, caso a caso. "Porque não sabemos se essa criança que está sofrendo alguma agressão moral ou física já apresentava algum diagnóstico psiquiátrico prévio".

Ele disse que, de qualquer maneira, o acompanhamento tende a ser multiprofissional. Ou seja, envolve acompanhamento psiquiátrico, "medicando ou não a criança, de acordo com os sintomas mais ou menos exuberantes que possam interferir de maneira mais incisiva na rotina de vida dela" e buscando apoio de psicólogos e pediatras. Acrescentou que sinais observados no exame físico ou na consulta podem servir para que se faça uma intervenção que permita interromper aquele processo de agressão ao qual o menor esteja sendo submetido.

O presidente do Departamento Científico de Segurança da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), Marco Gama, afirmou que as principais causas de morte em crianças acima de 1 ano até os 19 anos de idade no país são violência e acidentes. "Não são as doenças infectocontagiosas". Advertiu que, em geral, as pessoas não têm essa visão. O pediatra avaliou, por outro lado, que as mortes por violência e acidentes são evitáveis, mas faltam ações para que esses números sejam reduzidos.

No período de 2010 a agosto de 2020, 103.149 mil crianças e adolescentes de até 19 anos de idade morreram vítimas de agressões no Brasil. Os óbitos por agressões e suas causas podem ser conferidos no Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde, obedecendo a Classificação Internacional de Doenças (CID-10).

## Até 4 anos

Os números analisados pela SBP mostram que, entre 2010 e agosto do ano passado, 2.083 mil crianças mortas por maus-tratos estavam na faixa etária de zero a 4 anos de idade. Essa era a idade do menino Henry Borel, vítima de suposta violência em casa que



o levou à morte, no último dia 8 de março.

Embora os números relativos a 2020 ainda sejam preliminares, a análise da década revela que as agressões por meio de disparo de outra arma ou de arma não especificada lideram os óbitos entre crianças e jovens, totalizando 76.528 mil casos. Na faixa até 4 anos, esse tipo de agressão causou 386 mortes nos últimos dez anos. Em seguida, aparecem as agressões por meio de objeto cortante ou penetrante, com 10.066 mil mortes entre crianças e adolescentes de até 19 anos.

De acordo com o Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde, as agressões por meios não especificados foram as causas de 451 mortes de crianças até 4 anos no período investigado, seguidas por agressões por meio de objeto contundente (254), por outras síndromes de maus-tratos (190) e por agressões por meio de objeto cortante ou penetrante (164).

#### Violência é doença

Marco Gama esclareceu que embora a mortalidade seja alta, o número de vítimas de agressão é muito superior. Em 2018, por exemplo, foram 140 mil crianças e adolescentes agredidos. "Isso é subnotificado", disse. O total de crianças de zero a 4 anos de idade foi de 32 mil, "também subnotificado", nesse ano. "É um número crescente, a cada ano que passa, de crianças sendo mais agredidas".

Segundo o pediatra, um conceito que a sociedade precisa entender é que violência para a criança é uma doença crônica, "porque ela tem uma história, tem exame clínico, laboratorial e de imagem, tem tratamento e encaminhamento". O médico lembrou que o problema dessa doença, principalmente em sua parte crônica, é que ela vai se perpetuando em muitas famílias. O filho de um pai violento, se não morre em decorrência das agressões, acaba se tornando também violento. "Nessa família, a violência é uma coisa crônica, que vai se perpetuando enquanto não for interrompida".

Muitas vezes, a criança é tirada dos pais e devolvida aos avós, que são os agressores iniciais do processo e aí começa tudo de novo, observou Gama. Ele assegurou que ninguém nasce violento. A criança vai, ao longo do sofrimento de vários tipos, se tornar um adulto violento e até um homicida. "Como pode não se tornar, como essa criança que faleceu", disse o pediatra, referindo-se ao menino Henry Borel cuja mãe, Monique Medeiros, e o namorado dela, vereador Dr. Jairinho, foram presos, investigados pela morte da criança.

Marco Gama afirmou que não só o número de óbitos por maus-tratos é grande, mas também o de sequelados, envolvendo sequelas físicas, de retardo do desenvolvimento físico, psíquico, cognitivo. "Tem criança que não consegue ter bom nível de aprendizado devido à violência que sofreu. É um processo gigantesco que acontece todos os dias".

Para ele, o caso do menino Henry Borel ganhou visibilidade pelo fato de ser de família de classe média. O pediatra lembrou, entretanto, que a violência acontece em todas as classes sociais, todas as etnias, todas as religiões, e os pais são de todos os níveis de escolaridade. "Todos são violentos".

#### Pandemia

Na análise do presidente do Departamento Científico de Segurança da SBP, embora não haja ainda estatísticas oficiais, "seguramente" o número de violência contra crianças e jovens cresceu durante a pandemia de COVID-19. Marco Gama observou que a criança poderia pedir socorro a um vizinho, à professora ou a um colega na escola, a um padrinho com quem tenha proximidade afetiva. Mas, com o isolamento social imposto pela pandemia, a criança que sofre maus-tratos está limitada ou presa no ambiente domiciliar.

As estatísticas mostram que, em 2018, 83% dos agressores foram o pai ou a mãe e que mais de 60% das agressões foram cometidas dentro das residências. "A pandemia propiciou o conjunto ideal para o agressor". O mesmo ocorreu em relação às mulheres, com a expansão de feminicídios, destacou. "As agressões aumentaram durante a pandemia e as chances de defesa das crianças diminuíram".

Gama defendeu a criação de uma rede técnico-científica para combater os maus-tratos contra as crianças e adolescentes, "porque violência, como doença, é caso médico, mas como agressão, é caso de polícia". É preciso, segundo o pediatra, tratá-la nas duas instâncias, interromper esse processo e cuidar precocemente das vítimas.

Para Marco Gama, a rede de proteção aos menores tem de ser mais efetiva, mais ágil e conhecer melhor a violência. Essa rede envolveria a SBP, a Justiça, a Polícia Civil, o **Ministério Público**. A SBP tem um projeto nesse sentido, que começou a ser elaborado. Gama citou o caso da organização não governamental (ONG) Deduc, da Associação dos Amigos do Hospital de Clínicas de Curitiba, que há 13 anos atende crianças e adolescentes que vivem em situação de violência.

A presidente da SBP, Luciana Rodrigues Silva,

observou que "o Brasil precisa estar preparado para, por meio da efetiva implementação das políticas de prevenção à violência na infância e na adolescência, garantir ações articuladas entre educação, saúde, segurança e assistência social".

Luciana comentou que o tratamento humilhante, os castigos físicos e qualquer conduta que ameace ou ridicularize a criança ou o adolescente, quando não letais, podem ser extremamente danosos à formação da personalidade e como indivíduos para a sociedade, bem como interferem negativamente na construção da sua potencialidade de lutar pela vida e no equilíbrio psicossocial. "Nascer e crescer em um ambiente sem violência é imprescindível para que a criança tenha a garantia de uma vida saudável, tanto física quanto emocional".

**Site: <http://www.jtnews.com.br/noticias/agressoes-contra-criancas-aumentaram-durante-a-pandemia-diz-especialista-10055.html>**